

Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Tuper S.A.

31 de dezembro de 2021 e 2020
com Relatório do Auditor Independente

Tuper S.A.

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2021 e 2020

Índice

Relatório do auditor independente	1
Demonstrações financeiras individuais e consolidadas	
Balancos patrimoniais.....	6
Demonstrações dos resultados.....	8
Demonstrações dos resultados abrangentes	9
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras	12

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos
Acionistas e Administradores da
Tuper S.A.
São Bento do Sul (SC)

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Tuper S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Tuper S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião com ressalva

Conforme mencionado na nota explicativa nº 23 às demonstrações financeiras, em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possui registrado na rubrica de “Impostos diferidos” no ativo não circulante, o montante líquido de R\$88.979 mil de imposto de renda e contribuição social diferidos (R\$60.120 mil em 31 de dezembro de 2020). Entretanto, devido a Companhia não possuir histórico de lucros recorrentes nos últimos exercícios, e depender de fatores externos, como a retomada consistente do mercado de atuação que lhe possibilite o aumento dos níveis de produção e rentabilidade, além de outros fatores que não estão totalmente sob o controle da Companhia e que, portanto, não geram garantias do atingimento das projeções a ponto de ser possível concluir nesse momento que é provável a realização desses créditos conforme requerido pelo CPC 32/ IAS 12 – Tributos sobre o lucro. Dessa forma, em 31 de dezembro de 2021, o ativo não circulante e o patrimônio líquido estão apresentados a maior em R\$88.979 mil (R\$60.120 mil em 31 de dezembro de 2020) e o resultado do exercício está apresentado a maior em R\$27.769 mil (R\$60.120 mil em 31 de dezembro de 2020).

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Além do assunto descrito na seção “Base para opinião com ressalva”, determinamos que os assuntos descritos abaixo são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório. Para os assuntos abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou os assuntos, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar o assunto abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte envolvida em diversos processos judiciais e administrativos, relacionados a temas tributários, cíveis e trabalhistas, conforme divulgado na nota explicativa 16. Para aquelas demandas cuja probabilidade de perda foi avaliada como provável, a Companhia constituiu em 31 de dezembro de 2021 provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas no montante de R\$94.717 mil e R\$96.133 mil nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, respectivamente. Para as demandas cuja probabilidade de perda foi avaliada como possível, no montante de R\$310.328 mil e R\$312.283 mil, respectivamente nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Companhia realizou divulgação em nota explicativa.

Esta área é significativa para o nosso processo de auditoria em função do potencial risco relacionado a certas demandas, bem como ao fato de que a avaliação desses processos inclui julgamento significativo pela Diretoria, suportada por seus assessores jurídicos, principalmente no que diz respeito à classificação desses processos como um passivo contingente ou como uma provisão.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o envio de cartas de confirmação aos assessores jurídicos; inspeção de atas; discussões com a Diretoria e com seus assessores jurídicos sobre a evolução das principais causas, com o suporte de nossos especialistas da área tributária; e análise das divulgações realizadas nas notas explicativas das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Como resultado destes procedimentos identificamos ajuste de auditoria indicando a necessidade de complemento da provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas, sendo este ajuste não registrado pela Diretoria tendo em vista sua imaterialidade sobre as demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que está consistente com a avaliação da Diretoria, consideramos que as estimativas preparadas pela Diretoria na determinação da provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 16, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Continuidade operacional

Conforme divulgado na nota explicativa 1, as demonstrações financeiras foram preparadas utilizando-se o pressuposto da continuidade operacional, levando em consideração que em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possui capital circulante negativo, onde o passivo circulante excedeu o ativo circulante individual e consolidado em R\$105.072 mil e R\$102.875 mil, respectivamente. Para equalização da situação do capital circulante negativo, a diretoria da Companhia tem tomado ações, dentre as quais destacam-se: (i) reperfilamento da dívida junto a determinados credores através de um novo plano de recuperação extrajudicial homologado ao final do exercício de 2021 que, na data dessas demonstrações financeiras, segue aguardando o julgamento de recursos pelo Tribunal de Justiça de Santa Catarina; e (ii) geração operacional de caixa, baseada nas projeções de resultado e de fluxos de caixa futuros para os próximos doze meses da data do balanço. Por essas razões esse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a avaliação, com o suporte de nossos especialistas, da opinião legal emitida pelos assessores da Companhia com relação aos aspectos inerentes ao novo plano de recuperação extra judicial e a análise das projeções de fluxo de caixa preparadas pela Diretoria, e devidamente aprovadas pelo Conselho de Administração, considerando a razoabilidade das principais premissas utilizadas, tais como os resultados já realizados, dados externos de juros e inflação, além de avaliarmos a integridade aritmética dos cálculos. Adicionalmente, avaliamos a adequação das divulgações efetuadas nas notas explicativas às demonstrações financeiras.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que estão consistentes com a avaliação da diretoria, consideramos aceitáveis as estimativas e julgamentos da diretoria que suportam a utilização do pressuposto da continuidade operacional, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 1, no contexto das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, tomadas em conjunto.

Responsabilidades da Diretoria pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

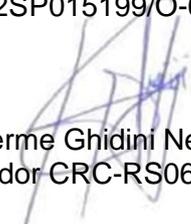
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Blumenau, 22 de março de 2022.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6



Guilherme Ghidini Neto
Contador CRC-RS067795/O-5

Tuper S.A.

Balancos patrimoniais
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Ativo					
Ativo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	1.493	2.221	4.885	3.701
Aplicações financeiras	5	33.827	11.931	36.341	16.701
Contas a receber	6	354.484	147.489	353.901	163.699
Estoques	7	235.986	120.201	253.014	126.033
Impostos a recuperar	8	118.441	63.911	118.716	64.330
Dividendos a receber		368	5.179	-	-
Outros créditos		4.613	1.894	4.902	2.104
Despesas antecipadas		2.456	1.311	2.512	1.350
Total ativo circulante		751.668	354.137	774.271	377.918
Ativo não circulante					
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios	5	5.725	-	5.725	-
Contas a receber	6	22	1.323	22	1.334
Impostos a recuperar	8	30.036	57.558	30.036	57.558
Impostos diferidos	22.b	88.979	60.120	88.979	60.120
Depósitos judiciais	16	11.049	3.253	11.205	3.361
Créditos com partes relacionadas	17	177.473	177.473	177.473	177.473
Outros créditos		4.098	1.415	4.052	1.415
		317.382	301.142	317.492	301.261
Propriedade para investimentos	10	2.901	2.891	2.901	2.891
Investimentos em controladas	9	689	792	-	-
Outros Investimentos		10	10	10	10
Imobilizado	11	366.340	374.165	371.516	380.584
Intangível	12	125.559	127.329	125.559	127.329
		495.499	505.187	499.986	510.814
Total ativo não circulante		812.881	806.329	817.478	812.075
Total do ativo		1.564.549	1.160.466	1.591.749	1.189.993

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Passivo					
Passivo circulante					
Fornecedores	13	405.487	287.878	406.095	288.552
Empréstimos, financiamentos e debêntures	14	356.166	269.866	371.310	285.698
Arrendamento mercantil		2.898	4.942	5.253	7.308
Obrigações sociais		19.521	16.293	20.697	17.233
Obrigações tributárias		7.010	4.921	13.139	8.028
Parcelamentos tributários	15	16.311	25.303	18.351	27.959
Partes relacionadas	17	8.462	9.235	-	-
Adiantamento de clientes		17.980	18.201	16.549	18.273
Outras obrigações		22.905	8.837	25.752	10.619
Total passivo circulante		856.740	645.476	877.146	663.670
Passivo não circulante					
Fornecedores	13	109.317	74.675	109.317	74.675
Empréstimos, financiamentos e debêntures	14	328.893	255.016	343.133	270.785
Arrendamento mercantil		407	846	3.354	5.080
Obrigações tributárias		1.020	929	1.020	929
Parcelamentos tributários	15	23.641	42.049	27.347	47.589
Partes relacionadas	17	14.205	15.765	-	-
Provisão passivo a descoberto		1.310	-	-	-
Provisão para contingências	16	94.717	46.132	96.133	47.687
Total passivo não circulante		573.510	435.412	580.304	446.745
Total do passivo		1.430.250	1.080.888	1.457.450	1.110.415
Patrimônio líquido					
Capital social	18.a	175.000	175.000	175.000	175.000
Ajustes de avaliação patrimonial	18.b	31.042	32.997	31.042	32.997
Prejuízos acumulados		(71.743)	(128.419)	(71.743)	(128.419)
Total do patrimônio líquido		134.299	79.578	134.299	79.578
Total do passivo e patrimônio líquido		1.564.549	1.160.466	1.591.749	1.189.993

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Tuper S.A.

Demonstrações dos resultados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto o lucro (prejuízo) por ação)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Receita operacional líquida	19	2.390.199	1.012.881	2.441.474	1.074.127
Custos dos produtos/serviços vendidos	20	(2.020.664)	(856.174)	(2.013.919)	(856.555)
Lucro bruto		369.535	156.707	427.555	217.572
Despesas com vendas	20	(153.851)	(87.306)	(188.231)	(113.974)
Despesas gerais e administrativas	20	(26.665)	(21.516)	(30.847)	(25.065)
Outras receitas e despesas, líquidas	20/21	(31.064)	1.665	(31.880)	623
Equivalência patrimonial	10	5.035	20.114	-	-
Lucro antes do resultado financeiro		162.990	69.664	176.597	79.156
Receitas financeiras	22	52.161	41.637	52.619	41.917
Despesas financeiras	22	(164.338)	(149.194)	(171.055)	(153.999)
Lucro (prejuízo) antes dos impostos		50.813	(37.893)	58.161	(32.926)
Imposto de renda e contribuição social correntes	23.a	(678)	-	(8.026)	(4.967)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	23.a	4.586	(5.053)	4.586	(5.053)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		54.721	(42.946)	54.721	(42.946)
Lucro (prejuízo) líquido por ação, básico e diluído - em reais	25	140,25	(110,07)	140,25	(110,07)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Tuper S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	54.721	(42.946)	54.721	(42.946)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Total do resultado abrangente	54.721	(42.946)	54.721	(42.946)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Tuper S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

	Capital social integralizado	Ajuste de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2019	175.000	35.070	(87.546)	122.524
Prejuízo líquido do exercício	-	-	(42.946)	(42.946)
Realização do custo atribuído, líquido de impostos	-	(2.073)	2.073	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	175.000	32.997	(128.419)	79.578
Lucro líquido do exercício	-	-	54.721	54.721
Realização do custo atribuído, líquido de impostos	-	(1.955)	1.955	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	175.000	31.042	(71.743)	134.299

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Tuper S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Atividades operacionais				
Lucro (prejuízo) antes dos impostos sobre resultado	50.813	(37.893)	58.161	(32.926)
Ajuste de itens sem desembolso de caixa:				
Depreciação e amortização	30.806	28.999	33.037	31.052
Equivalência patrimonial	(5.035)	(20.114)	-	-
Provisão obrigações sociais	5.758	-	6.070	-
Provisão de juros e variação cambial	35.895	75.401	40.730	77.574
Provisão para contingências	48.585	1.650	48.446	2.716
Provisão para perdas com outros ativos	4.301	5.410	4.345	5.693
Créditos tributários	(26.063)	(8.311)	(26.063)	(8.311)
Baixas do ativo permanente e outros investimentos	196	394	198	394
Variações nos ativos e passivos:				
(Aumento) das contas a receber	(205.196)	(23.787)	(188.436)	(33.733)
(Aumento) dos estoques	(120.584)	(37.227)	(131.780)	(36.752)
Redução/(aumento) dos impostos a recuperar	(945)	12.988	(801)	12.701
(Aumento) de outros ativos	(14.179)	(1.718)	(14.442)	(1.826)
Aumento de fornecedores	173.197	36.424	173.131	36.302
Redução de obrigações sociais	(2.530)	(966)	(2.606)	(937)
Aumento/(redução) de obrigações tributárias	(49.493)	(760)	(49.343)	3.844
Imposto de renda e contribuição social pagos	(678)	-	(8.026)	(4.967)
Aumento/(redução) de outros passivos	14.753	(17.614)	15.065	137
Fluxo de caixa originado nas (gerado pelas) atividades operacionais	(60.399)	12.876	(42.314)	50.961
Atividades de investimento				
Dividendos recebidos	11.259	14.935	-	-
Aquisição de imobilizado	(20.649)	(6.537)	(21.639)	(6.792)
Aquisição de intangível	(758)	(488)	(758)	(488)
Aquisição de outros investimentos	(174)	-	(10)	-
Aplicação financeira	(27.621)	39.646	(25.365)	35.190
Fluxo de caixa aplicado (originado) nas atividades de investimento	(37.943)	47.556	(47.772)	27.910
Atividades de financiamento				
Captação de empréstimos e financiamentos	1.365.348	459.152	1.365.788	482.321
Amortização de empréstimos e financiamentos	(1.210.804)	(482.919)	(1.210.977)	(520.130)
Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos	(53.293)	(32.742)	(57.378)	(33.818)
Pagamento de arrendamento mercantil	(3.637)	(2.384)	(6.163)	(4.516)
Fluxo de caixa aplicado em atividades de financiamento	97.614	(58.893)	91.270	(76.143)
Varição líquida do caixa e valores equivalentes	(728)	1.539	1.184	2.728
Caixa e valores equivalentes no início do exercício	2.221	682	3.701	973
Caixa e valores equivalentes no fim do exercício	1.493	2.221	4.885	3.701

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Tuper S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais

Fundada em 1971, a TUPER S.A. (“Companhia” ou “Controladora”) é uma sociedade por ações de capital fechado com sede social em São Bento do Sul, Santa Catarina, Brasil. A TUPER S.A. controla 7 subsidiárias integrais, doravante coletivamente denominadas “TUPER” ou “Grupo”.

Com 50 anos de atuação, a TUPER figura entre as principais processadoras de aço do Brasil. Seu parque fabril encontra-se instalado em Santa Catarina e tem capacidade para processar mais de 800 mil toneladas de aço por ano. Com cerca de 1.961 profissionais e 21 pontos de distribuição em todo território nacional, a Companhia atua em diferentes setores estratégicos da economia, como: automotivo, industrial, agronegócios, construção civil e óleo e gás.

Portfólio de produtos e foco de atuação

A TUPER conta com um amplo portfólio de produtos, que contempla, tubos de aço carbono pretos e galvanizados para aplicações industriais, estruturais e de condução; tubos API; eletrodutos galvanizados; perfis estruturais metálicos; peças e componentes automotivos; sistemas de exaustão para veículos originais; escapamentos, catalisadores e ponteiras para o mercado automotivo de reposição; sistemas de coberturas metálicas; lajes nervuradas; escoras metálicas; andaimes; estacas. A evolução da sua linha de produtos acompanha as tendências do mercado e atende às mais exigentes normas nacionais e internacionais.

Atenta às oportunidades e demandas de mercado, a TUPER contribui de forma significativa para impulsionar o setor do aço. Integra também o Comitê de Petróleo e Gás da Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (Fiesc) e conta com premiações e o reconhecimento dos principais setores em que atua.

Estrutura de capital

Em 6 de outubro de 2016 a TUPER S.A. e a ArcelorMittal Brasil S.A., por meio da subsidiária ArcelorMittal Planos Comercial Ltda (anteriormente denominada Armar Comércio Importação e Exportação Ltda.), oficializaram a associação estratégica que contempla a capitalização de créditos financeiros em capital correspondente à 40% das ações da TUPER.

A associação estratégica trouxe vantagens para as duas companhias e também possibilitou fortalecimento do mercado nacional por meio do desenvolvimento de produtos competitivos, inovadores, de alta qualidade e valor agregado.

Nesta configuração, a ArcelorMittal Brasil passou a ter um parceiro estratégico com grande consumo de bobinas laminadas e galvanizadas produzidas nas unidades ArcelorMittal. Por sua vez, a TUPER ganhou maior segurança no abastecimento da matéria-prima, visto que as companhias firmaram acordo de fornecimento das matérias-primas produzidas pela ArcelorMittal.

Tuper S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais--Continuação

Estrutura de capital--Continuação

Essa combinação resulta no atendimento efetivo e pleno aos clientes, tanto no mercado interno como no externo.

Medidas de equacionamento econômico e financeiro

O lucro apresentado de R\$54.721 contextualiza um cenário favorável. O capital circulante negativo no valor de R\$105.072 e R\$102.875, respectivamente individual e consolidado, é atribuído principalmente à captação de recursos com vencimento no curto prazo para financiamento do capital de giro.

Diante desse contexto, a TUPER mantém o seu plano de reestruturação e fortalecimento que inclui várias ações, dentre as quais podemos destacar o alongamento do prazo de vencimento dos recursos de terceiros, ampliação de novas linhas de crédito para capital de giro e redução de custos e despesas.

Plano de Recuperação Extrajudicial

No exercício de 2018, a Companhia renegociou a maior parte da dívida com seus credores, mediante a celebração de um Plano de Recuperação Extrajudicial, que garantiu um período de carência para a amortização e alongamento do prazo de pagamento, contribuindo com a retomada do seu ciclo operacional.

No entanto, considerando que o desempenho da economia não aconteceu na mesma velocidade que estava prevista no plano, a Companhia iniciou uma nova rodada de negociações com os credores a fim de rediscutir o cronograma de amortização, visando o alongamento da dívida e propondo um novo exercício de carência, estabelecendo assim um fluxo de caixa sustentável.

Em outubro de 2020 a Companhia concluiu a negociação e conseguiu obter o apoio da maioria de seus credores para ingressar com um novo Plano de Recuperação Extrajudicial, tendo protocolado o pedido de homologação perante o Judiciário em 08 de outubro de 2020, visando garantir seus efeitos legais. O Plano concebido com a adesão da maioria dos credores foi recebido pela Justiça Estadual no início de novembro de 2020, e recebeu a impugnação de 3 credores.

No dia 25 de maio de 2021 a Juíza encarregada do caso nomeou administrador judicial para verificar o cumprimento das condições previstas no plano pela Tuper. Em 01 de novembro de 2021 o Administrador Judicial concluiu seu parecer favoravelmente à Tuper e recomendou a aprovação do Plano.

Tuper S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais--Continuação

Plano de Recuperação Extrajudicial--Continuação

Em 05 de novembro de 2021 a Juíza entendeu que a Tuper cumpriu todos os requisitos legais para sua aprovação e por este motivo homologou por sentença o Novo Plano de Recuperação Extrajudicial. Considerando os recursos de apelação protocolados buscando a reforma total ou parcial da sentença de homologação do Plano, o assessor jurídico classificou a probabilidade de êxito desses recursos como remota, visto que todos os pontos em questão já foram amplamente discutidos e documentados no parecer técnico do administrador judicial. Na emissão destas demonstrações financeiras ainda segue pendente o julgamento dos recursos pelo Tribunal de Justiça de Santa Catarina.

Com base no artigo 164, parágrafo 7º, da Lei nº 11.101/2005 que é expresso nesse sentido, prevendo que a apelação será destituída do efeito suspensivo, considerando a publicação da sentença e sua intimação ocorrida na data de 16/11/2021, a Companhia procedeu todos os lançamentos e registros necessários nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021, tendo como efeito a adequação dos saldos registrados no passivo circulante e no passivo não circulante de acordo com o cronograma de pagamentos do Plano e reversão de despesas financeiras no montante de R\$21.005.

Impactos Pandemia Covid-19

A TUPER foi afetada pela pandemia da Covid-19 principalmente em virtude da parada abrupta do mercado automotivo e queda dos mercados do petróleo, com impactos em sua cadeia produtiva refletindo em reduções significativas nos volumes de produção e de vendas comprometendo os fluxos de caixa principalmente nos meses de abril e maio de 2020. Apesar do contexto desafiador, a partir de junho de 2020, a Companhia vivenciou uma retomada acelerada do mercado com uma volta aos níveis de demanda anteriores à crise da pandemia da Covid-19, que se estendeu também para o ano de 2021.

Alinhada às recomendações da OMS e do Ministério da Saúde, a Companhia tomou providências para preservar a saúde de seus colaboradores e apoiar na prevenção ao contágio em suas áreas operacionais e administrativas que incluem o trabalho em home office, diminuição dos turnos de trabalho nas operações para reduzir o número de profissionais circulando, rigorosa higienização dos locais de trabalho, distribuição de equipamentos de proteção individual (EPIs), testagem de casos suspeitos, medição de temperatura corporal e ampliação dos serviços de medicina.

A Companhia vem atuando fortemente por meio do setor de Medicina do Trabalho e do Comitê de Crise e Comunicação, monitorando constantemente a evolução da pandemia, atuando na implementação de planos de contingência e acompanhando os impactos em relação aos seus funcionários, suas operações, a economia local e global, o fornecimento, a demanda de seus produtos e a comunidade.

Tuper S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais--Continuação

Continuidade operacional

Dessa forma, considerando os aspectos comentados acima, a Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando e está convencida de que seja através da captação de recursos de terceiros, ou através de suas operações, têm capacidade de geração de fluxo de caixa suficiente para honrar seus compromissos de curto prazo e, assim dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade. Esta afirmação é baseada nas expectativas da Administração em relação ao futuro da Companhia, sendo consistentes com o seu plano de negócios.

2. Resumo das principais políticas contábeis

A Companhia optou por apresentar as demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto de demonstração, por não existir diferença das demonstrações financeiras individuais e consolidadas entre o patrimônio líquido e resultados atribuíveis aos acionistas da controladora.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros - IFRS e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e sua emissão foi aprovada pela Diretoria em 22 de março de 2022.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação e elaboração dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão definidas a seguir. Estas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. A Companhia adotou todas as normas vigentes em 31 de dezembro de 2021 em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

A Administração da Companhia entende que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão sendo evidenciadas, correspondendo às utilizadas por ela na sua gestão. Ressaltamos, ainda, que as práticas contábeis consideradas imateriais não foram incluídas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Tuper S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.1. Bases para preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto quando de outra forma indicado. A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas requer o uso de certas estimativas contábeis e julgamento da Administração da Companhia, sendo as mais relevantes divulgadas na nota explicativa 3.

2.2. Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas são compostas pelas demonstrações financeiras da Tuper S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2021, apresentadas a seguir:

Razão social	País Sede	Relação	% de Participação	
			12/2021	12/2020
TUPER Distr. de Autopeças S.A.-DF	Brasil	Direta	100%	100%
TUPER Distr. de Autopeças S.A.-RS	Brasil	Direta	100%	100%
TUPER Distr. de Autopeças S.A.-SC	Brasil	Direta	100%	100%
TUPER Distr. de Autopeças S.A.-MG	Brasil	Direta	100%	100%
TUPER Distr. Prod. Metal S.A.-DF	Brasil	Direta	100%	100%
TUPER Distr. de Escap. S.A.-SP	Brasil	Direta	100%	100%
TUPER Distr.de Autopeças S.A.-MT	Brasil	Direta	100%	100%

As controladas são integralmente consolidadas a partir da data de aquisição, sendo esta, a data na qual a Companhia obtém controle, e continuam a ser consolidadas até a data em que esse controle deixe de existir. Os critérios adotados na consolidação são aqueles previstos pela CPC 36 - Demonstrações Consolidadas.

Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia as informações financeiras das controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as empresas do Grupo são eliminadas integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas.

2.3. Investimentos nas demonstrações financeiras individuais

Nas demonstrações financeiras individuais as controladas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações financeiras individuais quanto nas demonstrações financeiras consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da controladora.

Tuper S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.4. Moeda funcional e transações em moedas estrangeiras

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são mensuradas e estão apresentadas em reais (R\$) que é a moeda funcional da Companhia, definida devido ao ambiente econômico em que a Companhia atua e na qual são realizadas suas principais operações. As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço. Todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado.

2.5. Instrumentos financeiros - Reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Ativos financeiros

Os ativos financeiros incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outras contas a receber, empréstimos e outros recebíveis.

a) Reconhecimento inicial e mensuração dos ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos e mensurados ao valor justo por meio do resultado, a menos que seja mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios para a gestão destes ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo, a Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado.

b) Desreconhecimento (baixa) dos ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando expirarem o direito de receber fluxos de caixa do ativo.

Tuper S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.5. Instrumentos financeiros - Reconhecimento inicial e mensuração subsequente-- Continuação

Passivos financeiros

Os passivos financeiros incluem contas a pagar a fornecedores, outras contas a pagar, empréstimos, financiamentos e debêntures.

a) *Reconhecimento inicial e mensuração dos passivos financeiros*

Passivos financeiros são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e financiamentos. O Grupo determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial. Passivos financeiros são inicialmente o. reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

b) *Desreconhecimento (baixa) dos passivos financeiros*

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

2.6. Ajuste a valor presente

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são ajustados pelo seu valor presente, e os de curto prazo, quando relevantes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência.

Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratual. A Companhia avalia periodicamente o efeito deste procedimento e não transacionou operações de longo prazo (e tão pouco relevantes de curto prazo) que se qualificassem a serem ajustadas no exercício.

Tuper S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.7. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para a verificação de impairment. Os ativos que estão sujeitos à depreciação ou amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Uma perda por impairment é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso.

Para fins de avaliação do impairment, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sofrido impairment, são revisados para a análise de uma possível reversão do impairment na data de apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. A Companhia realiza testes de recuperabilidade para os ativos intangíveis, imobilizado e outros ativos não circulantes incluindo o ágio, e, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, não identificou necessidade de provisão para impairment.

2.8. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem numerário em poder da Companhia, depósitos bancários de livre movimentação e aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez com vencimento original em três meses ou menos da data do investimento.

2.9. Contas a receber

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias no decurso normal das atividades da Companhia. As contas a receber de clientes, inicialmente, são reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para impairment (perdas no recebimento de créditos). Na prática são reconhecidas ao valor faturado ajustado a valor presente e pela provisão para perdas, quando necessário.

Tuper S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.10. Estoques

Os estoques estão registrados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado usando o método do custo médio. O custo dos produtos acabados e em elaboração compreende o custo das matérias-primas, mão de obra e outros custos indiretos relacionados à produção baseados na ocupação normal da capacidade. O valor líquido realizável é estimado com base no preço de venda dos produtos em condições normais de mercado, menos as despesas variáveis de vendas.

2.11. Propriedades para investimento

As propriedades para investimento são mantidas para auferir aluguel ou para valorização do capital. Não são mantidas para uso na produção ou fornecimento de bens ou serviços, finalidades administrativas ou venda no curso ordinário do negócio. As propriedades para investimento são inicialmente reconhecidas pelo seu custo e após o reconhecimento inicial a Companhia e suas controladas também mensuram, somente para efeitos de divulgação, tais propriedades pelo método de valor justo.

2.12. Imobilizado

Os itens do ativo imobilizado são mensurados pelo método do custo deduzido da respectiva depreciação e perdas por impairment, quando aplicável. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado.

Todos os outros reparos e manutenções que não geram aumento no benefício econômico futuro, são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear durante a vida útil estimada. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente ajustado se este for maior que seu valor recuperável estimado.

Tuper S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.13. Intangível

Ágio

O ágio (goodwill) é representado pela diferença positiva entre o valor pago ou a pagar e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida. O ágio de aquisições de controladas é registrado como “ativo intangível” nas Demonstrações Financeiras. O ágio é testado anualmente para verificar prováveis perdas (impairment) e contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por impairment, que não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida. O ágio é alocado às Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) para fins de teste de impairment. A alocação é feita para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, devidamente segregada, de acordo com o segmento operacional.

Softwares

As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimada.

Desenvolvimento de projetos

Os gastos com desenvolvimento vinculados a inovações tecnológicas dos produtos são capitalizados se tiverem viabilidade tecnológica e econômica, e amortizados pelo período esperado de benefícios. Após o reconhecimento inicial, o ativo é apresentado ao custo menos amortização acumulada e perdas de seu valor recuperável. A amortização é iniciada quando o desenvolvimento é concluído e o ativo encontra-se disponível para uso, pelo período do benefício econômico futuro. Gastos com pesquisa são registrados como despesas quando incorridos.

2.14. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso ordinário dos negócios e são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, são reconhecidas ao valor da fatura correspondente, ajustada a valor presente e acrescidos de juros, quando aplicável.

Tuper S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.15. Empréstimos e financiamentos

Geral

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de resgate (pagamentos) é reconhecida na demonstração do resultado durante o exercício em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

Debêntures

As debêntures emitidas foram registradas pelo seu valor líquido recebido, deduzidos os custos com transações utilizadas na captação dos recursos, sendo que os custos serão amortizados e os encargos financeiros reconhecidos como despesas financeiras no resultado durante o exercício de vigência das debêntures.

Custo dos empréstimos e financiamentos

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no exercício em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo.

2.16. Arrendamento mercantil

Arrendamento mercantil financeiro é aquele em que há transferência substancial dos riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo. O título de propriedade pode ou não vir a ser transferido. Os arrendamentos mercantis financeiros são registrados como ativos e passivos similarmente a operações de financiamento por quantias iguais ao valor justo do bem arrendado ou, se inferior, ao valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil, cada um determinado no início do arrendamento mercantil. Os pagamentos do arrendamento mercantil são segregados entre encargo financeiro lançado ao resultado e redução do passivo em aberto.

Tuper S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.16. Arrendamento mercantil--Continuação

O CPC 06 (R2), estabeleceu novos princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos sob um único modelo de balanço, similar à contabilização dos arrendamentos financeiros. A Companhia considerou as isenções relacionadas a contrato de curto prazo e bens de baixo valor. A natureza dos contratos de arrendamento é substancialmente de aluguéis de imóveis.

2.17. Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia e suas controladas têm uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes do imposto, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

Provisões para contingências (riscos tributários, cíveis e trabalhistas)

A Companhia e suas controladas são parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Os processos com riscos classificados como perdas possíveis não são reconhecidos, sendo apenas divulgados nas notas explicativas, e os classificados como remotos não requerem provisão, nem divulgação.

Tuper S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.18. Imposto de Renda e Contribuição Social

Apurados pelo lucro real à razão de 15% sobre o Lucro Tributável e adicional de 10% para o imposto de renda, e de 9% para a contribuição social. O imposto de renda e a contribuição social diferidos lançados no ativo não circulante ou no passivo não circulante decorrem de prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social e de diferenças temporárias originadas entre receitas e despesas lançadas no resultado, entretanto, adicionadas ou excluídas temporariamente na apuração do lucro real e da contribuição social. Os ativos decorrentes de créditos tributários diferidos somente são reconhecidos quando há expectativa da geração de resultados futuros suficientes para compensá-los.

Nas demonstrações financeiras consolidadas, a despesa de imposto de renda e contribuição social é impactada pela adoção, em diversas das controladas, do sistema de apuração com base no lucro presumido, conforme legislação fiscal Brasileira.

2.19. Impostos sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas exceto: (i) quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; (ii) quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas, e (iii) o valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

2.20. Reconhecimento da receita de vendas

A receita é reconhecida quando o controle dos bens ou serviços é transferido para o cliente por um valor que reflita a contraprestação à qual o Grupo espera ter direito em troca destes bens ou serviços, conforme requisitos do CPC 47 - Receitas de Contrato com Cliente. A receita de vendas é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e bonificações concedidas ao comprador e outras deduções similares, e apresentada pelo seu valor líquido.

Tuper S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.21. Dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras individuais ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia e em seus respectivos atos societários. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral.

2.22. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2021

Alguns pronunciamentos e interpretações emitidos e/ou alterados pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis tornaram-se aplicáveis pela primeira vez no exercício de 2021. No entanto, a Administração da Companhia avaliou tais normas e/ou melhorias e concluiu que as mesmas não afetaram significativamente os saldos registrados pela Companhia, são elas:

- (a) Alterações no CPC 06 (R2), CPC 11, CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48: Reforma da Taxa de Juros de Referência; e
- (b) Alterações no CPC 06 (R2): Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento que vão além de 30 de junho de 2021.

2.23. Normas emitidas, mas ainda não vigentes

Algumas normas e interpretações foram emitidas, mas ainda não são efetivas na data destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Da mesma forma, determinadas normas atualmente em vigor foram alteradas e serão aplicadas no futuro.

Em análise preliminar a Administração concluiu que não haverá impacto relevante às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em relação à emissão de tais normas, são elas:

- (a) IFRS 17 - Contratos de seguro;
- (b) Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante;
- (c) Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis; e
- (d) Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2: Divulgação de políticas contábeis

Tuper S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Julgamento e uso de estimativas contábeis

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado, e a capacidade de recuperabilidade dos ativos permanentes (*impairment*), realização do ativo fiscal diferido, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, estimativas do valor das propriedades para investimento, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como a análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos trimestralmente.

No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração fez os seguintes julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

Perda por Redução ao Valor Recuperável de Ativos não Financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os

Tuper S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Julgamento e uso de estimativas contábeis--Continuação

próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais o Grupo ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste.

O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação. As principais premissas utilizadas para determinar o valor recuperável das diversas unidades geradoras de caixa são revisadas no mínimo anualmente, incluindo análise de sensibilidade.

Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado o amplo aspecto da legislação tributária bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada.

Diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia. Imposto diferido ativo é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas cíveis, tributárias e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Tuper S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Julgamento e uso de estimativas contábeis--Continuação

Outras políticas contábeis que requerem uso de julgamento e estimativas são:

- (a) Créditos de liquidação duvidosa que são inicialmente provisionados e posteriormente lançados para perda quando esgotadas as possibilidades de recuperação;
- (b) Vida útil e valor residual dos ativos imobilizados e intangíveis;
- (c) Constituição de provisão para perdas nos estoques; e
- (d) Realização dos créditos com partes relacionadas.

4. Gerenciamento de riscos de instrumentos financeiros

A Companhia e suas controladas revisaram os principais instrumentos financeiros ativos e passivos, bem como os critérios para a sua valorização, avaliação, classificação e os riscos a eles relacionados, os quais estão descritos a seguir:

- **Ativos ao custo amortizado:** São classificados como ativos ao custo amortizado os valores de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e outros ativos circulantes, cujos valores registrados aproximam-se, na data do balanço, aos de realização.
- **Ativos mensurados ao valor justo por meio do resultado:** As aplicações financeiras são mensuradas ao valor justo por meio do resultado.
- **Passivos financeiros ao custo amortizado:** São classificados neste grupo os empréstimos e financiamentos, os saldos mantidos com fornecedores e outros passivos circulantes. Após o reconhecimento inicial, os outros passivos financeiros sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

Os valores justos dos instrumentos financeiros se aproximam aos valores contábeis. Os instrumentos financeiros em sua maioria são valorizados por técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável (Nível 1), em alguns casos, técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível são empregadas (Nível 2).

A Administração da Companhia realiza o gerenciamento da exposição aos riscos de taxas de juros, câmbio, crédito e liquidez em suas operações com instrumentos financeiros dentro de uma política global de seus negócios.

Tuper S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Gerenciamento de riscos de instrumentos financeiros--Continuação

Riscos de taxas de juros

O objetivo da política de gerenciamento de taxas de juros da Companhia é o de minimizar as possibilidades de perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. Para o gerenciamento do risco de taxa de juros, a Companhia adota a estratégia de diversificação de instrumentos financeiros lastreados em taxas fixas e variáveis.

A Companhia e suas controladas monitoram continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas e adotam política conservadora de captação e aplicação de seus recursos financeiros.

Em 31 de dezembro de 2021 a análise de sensibilidade dos principais ativos e passivos financeiros, expostos a variáveis de taxas de juros e a índices de reajustes da Companhia e de suas controladas, e os seus respectivos impactos no resultado de três meses estão abaixo demonstrados. A sensibilidade leva em consideração a definição de dois cenários adicionais, com uma deterioração de 25% (cenário possível) e outra de 50% (cenário remoto) aplicada sobre a parcela exposta a taxa variável considerada no cenário provável, conforme segue:

Operação	Indexador	Saldo em 31/12/2021	Consolidado		
			Receita (Despesa) com juros		
			Cenário provável	Cenário possível	Cenário remoto
Aplicações financeiras	9,15%	46.951	278	348	417
Capital de giro em moeda nacional	17,40%	(341.331)	(14.220)	(15.303)	(16.387)
Capital de giro em moeda estrangeira	8%	(18.339)	(63)	(78)	(94)
Financiamentos em moeda nacional	11,13%	(174.972)	(4.867)	(5.859)	(6.851)
Financiamentos em moeda estrangeira	3,08%	(76.459)	(520)	(650)	(780)
Debêntures em moeda nacional	11,15%	(103.342)	(2.881)	(3.472)	(4.063)
Saldo líquido		(667.492)	(22.273)	(25.014)	(27.758)

Riscos de taxas de câmbio

A Companhia e suas controladas também estão expostas ao risco de taxa de câmbio nas operações de captação de recursos indexadas a moeda estrangeira. Para reduzir esse risco, a Administração da Companhia monitora permanentemente o mercado de câmbio. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia está exposta a USD 16.987 relacionado a empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira, equivalente a R\$94.798 na posição consolidada, sendo todo montante na moeda dólar americano.

Tuper S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Gerenciamento de riscos de instrumentos financeiros--Continuação

Risco de crédito

A Companhia não possui concentração de risco de crédito de clientes, em decorrência da diversificação da carteira de clientes, além do contínuo acompanhamento dos prazos de financiamento das vendas. Quanto ao risco de crédito associado às aplicações financeiras e equivalentes de caixa, a Companhia somente realiza operações em instituições com baixo risco de crédito.

Risco de liquidez

A política de gerenciamento de riscos implica em manter um nível seguro de disponibilidades de caixa ou acessos a recursos imediatos. Dessa forma, a Companhia possui aplicações com vencimento em curto prazo e com liquidez imediata.

Gestão de risco de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade de suas operações, para oferecer retorno aos seus acionistas e garantia às demais partes interessadas, além de manter uma adequada estrutura de capital.

5. Caixa e equivalentes de caixa e Aplicações financeiras

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Caixa	7	6	7	6
Bancos conta movimento	1.486	2.215	4.878	3.695
Total de caixa e equivalentes	1.493	2.221	4.885	3.701
Aplicações financeiras	33.827	11.931	36.341	16.701
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC	5.725	-	5.725	-
Total de aplicações financeiras	39.552	11.931	42.066	16.701
Parcela circulante	35.320	14.152	41.226	20.402
Parcela não circulante	5.725	-	5.725	-

Em 31 de dezembro de 2021 as aplicações financeiras são, substancialmente, representadas por CDBs remunerados por taxas de 5% a 103% do CDI, com alterações em relação a 31 de dezembro de 2020 de 5% a 100%. Tais taxas podem ter referência diária ou mensal, dependendo da característica da aplicação na instituição financeira.

Tuper S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Caixa e equivalentes de caixa e Aplicações financeiras--Continuação

As aplicações financeiras mantêm a finalidade de cumprimento de garantia em contratos firmados com instituições financeiras.

Em março de 2021, foram iniciadas as operações do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Mercantil Produtos de Aço ("FIDC Mercantil Produtos de Aço" ou "Fundo"), cujo objeto definido em regulamento é o investimento em direitos creditórios constituídos sob a forma de condomínio aberto, regido pela Resolução CMN nº 2.907/2001, pela Instrução CVM nº 356/01, pelo Regulamento e pelas demais disposições legais e regulamentares que lhe forem aplicáveis, com a finalidade específica de adquirir direitos creditórios originados de compras dos clientes da Companhia. A gestão do Fundo é realizada pela Ouro Preto Gestão de Recursos S.A.

O FIDC Mercantil Produtos de Aço representa uma entidade de propósito específico onde as atividades são conduzidas substancialmente em função das necessidades operacionais da Companhia, a qual está exposta à maioria dos riscos e benefícios relacionados ao Fundo, através da titularidade de todas as quotas subordinadas.

O regulamento do Fundo não define meta de remuneração para as quotas subordinadas e também, define que as quotas subordinadas devem representar no mínimo 20% do patrimônio líquido. Caso, esse percentual fique abaixo de 20%, as quotas subordinadas deverão ser integralizadas pela Companhia imediatamente para que fique dentro da relação mínima.

O principal investido nas quotas subordinadas do FIDC Mercantil Produtos de Aço é apresentado no ativo não circulante pelo montante de R\$5.725, representando 22,05% do patrimônio líquido do Fundo, em 31 de dezembro de 2021.

Tuper S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Cientes terceiros	292.751	162.454	330.167	188.197
Partes relacionadas (nota 17.a e 17.b)	81.851	8.178	45.743	503
Contas a receber	374.602	170.632	375.910	188.700
Venda para entrega futura	(2.799)	(4.025)	(2.799)	(4.025)
Provisão para perdas	(17.297)	(17.795)	(19.188)	(19.642)
Total do contas a receber	354.506	148.812	353.923	165.033
Parcela circulante	354.484	147.489	353.901	163.699
Parcela não circulante	22	1.323	22	1.334
Aging-list contas a receber	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Vencidos há mais de 365 dias	16.447	16.580	18.165	18.209
Vencidos entre 180 e 365 dias	202	715	248	852
Vencidos até 180 dias	21.858	3.025	2.653	962
Total	38.507	20.320	21.066	20.023
A vencer em até 90 dias	333.120	144.950	351.380	163.104
A vencer entre 90 e 180 dias	1.941	2.864	2.430	3.037
A vencer acima de 180 dias	1.034	2.498	1.034	2.536
Contas a receber de clientes	374.602	170.632	375.910	188.700
Movimentação da provisão para perdas	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Saldo anterior	(17.795)	(16.490)	(19.642)	(18.054)
Reversão de provisão	2.159	2.249	2.320	2.546
Constituição de provisão	(1.661)	(3.554)	(1.866)	(4.134)
Saldo provisão para perdas	(17.297)	(17.795)	(19.188)	(19.642)

Em 31 de dezembro de 2021 os empréstimos e financiamentos bancários estão garantidos por contas a receber de clientes, no valor de R\$252.318.

Tuper S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Estoques

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Produtos acabados	94.863	49.525	95.027	50.266
Produtos em elaboração	78.031	33.658	78.031	33.658
Matérias primas	45.392	27.514	45.416	27.533
Material em poder de terceiros	9.137	3.162	9.138	3.162
Produtos para revenda	2.919	2.329	19.716	7.372
Almoxarifado	19.687	14.157	19.729	14.186
Outros estoques	972	72	972	72
Provisão para perda de estoque	(15.015)	(10.216)	(15.015)	(10.216)
Total dos estoques	235.986	120.201	253.014	126.033

Movimentação da provisão para perda de estoque	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Saldo anterior	(10.216)	(6.111)	(10.216)	(6.111)
Reversão (constituição) de provisão	(4.799)	(4.105)	(4.799)	(4.105)
Saldo provisão para perda de estoque	(15.015)	(10.216)	(15.015)	(10.216)

Em 31 de dezembro de 2021 os empréstimos e financiamentos bancários estão garantidos por estoques, estimados em R\$93.373

8. Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
ICMS	23.923	9.004	24.149	9.374
PIS/COFINS	31.125	9.865	31.125	9.865
IPI	22.212	15.146	22.212	15.146
Créditos transitados em julgado	43.061	86.553	43.061	86.553
Créditos IRPJ/CSLL sobre Selic	24.790	-	24.790	-
Outros impostos a recuperar	3.366	901	3.415	950
Total de impostos a recuperar	148.477	121.469	148.752	121.888

Parcela circulante	118.441	63.911	118.716	64.330
Parcela não circulante	30.036	57.558	30.036	57.558

A Companhia detém créditos tributários provenientes de três ações judiciais transitadas em julgado no âmbito federal, relativas à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS, cujo saldo em 31 de dezembro de 2021 totaliza o montante de R\$43.061.

Tuper S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Impostos a recuperar--Continuação

Em 16 de dezembro de 2021, foi publicado o acórdão do RE 106.318-7, na sistemática de repercussão geral. Em decisão por maioria de votos, o Supremo Tribunal Federal entendeu pela inconstitucionalidade da tributação da Selic pelo Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e pela Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), recebida pelo contribuinte na repetição de indébito tributário. Em face da decisão poderão ser opostos embargos de declaração para modulação dos efeitos.

Em dezembro de 2021, de acordo com as normas contábeis IAS 12/CPC 32 e IFRIC 23/ICPC 22, a Companhia registrou os créditos referentes a não incidência de IRPJ e CSLL sobre os valores atinentes à taxa Selic recebidos em razão de repetição de indébito tributário. A Companhia possui ação ajuizada sobre o tema e, suportada pela opinião de seus consultores jurídicos, considera praticamente certo que tenha um resultado favorável.

A Companhia realizou o levantamento dos valores a serem restituídos do IRPJ/CSLL referente à taxa Selic recebidos em razão dos indêbitos tributários reconhecidos judicialmente, no montante de R\$24.790. Os créditos tributários tiveram como contrapartida as rubricas de Receitas Financeiras (nota 22) no valor de R\$1.829 e Imposto de Renda e Contribuição Social (nota 23) no valor de R\$22.962, no resultado do exercício.

De acordo com a avaliação da Administração, os créditos tributários serão compensados com tributos administrados pela Receita Federal do Brasil no período estimado de até 4 anos.

Tuper S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Investimentos em controladas

Nome	Participação %	Patrimônio líquido		Resultado		Equivalência patrimonial		Valor patrimonial		Provisão para Perdas	
		12/2021	12/2020	12/2021	12/2020	12/2021	12/2020	12/2021	12/2020	12/2021	12/2020
Tuper Distr.de Autopeças S.A.-DF	100%	120	120	1.534	2.569	1.534	2.569	120	120	-	-
Tuper Distr.de Autopeças S.A.-RS	100%	(1.310)	60	(1.370)	1.706	(1.370)	1.706	-	60	(1.310)	-
Tuper Distr.de Autopeças S.A.-SC	100%	60	60	2.307	3.216	2.307	3.216	60	60	-	-
Tuper Distr.de Autopeças S.A.-MG	100%	60	60	1.198	4.229	1.198	4.229	60	60	-	-
Tuper Distr. Prod. Metal S.A.-DF	100%	65	72	(7)	2.680	(7)	2.680	65	72	-	-
Tuper Distr. de Escap. S.A.-SP	100%	324	360	(36)	3.102	(36)	3.102	324	360	-	-
Tuper Distr.de Autopeças S.A.-MT	100%	60	60	1.409	2.612	1.409	2.612	60	60	-	-
		(621)	792	5.035	20.114	5.035	20.114	689	792	(1.310)	-

Por política interna, os lucros apresentados pelas empresas controladas, no momento de sua apuração, são distribuídos integralmente para a Controladora TUPER S.A., observando-se a constituição da reserva legal. Desta forma, o patrimônio líquido dessas controladas não apresentam movimentação patrimonial relativamente ao lucro auferido no exercício. Em 31 de dezembro de 2021 o saldo de dividendos a receber é de R\$368

10. Propriedades para investimentos

A Companhia mantém classificados, como propriedades para investimento terrenos e edificações que não estão em uso pela mesma, como também sem operação e com utilização ainda indeterminada. Em 31 de dezembro de 2021, essas propriedades estão registradas ao custo de R\$2.901 na Controladora e Consolidado. Em 31 de dezembro de 2020, essas propriedades estão registradas ao custo de R\$2.891 na Controladora e Consolidado

A política contábil da Companhia é o registro pelo custo histórico, sendo o valor justo estimado em R\$8.763 em 31 de dezembro de 2021 (R\$6.628 em 2020), tendo como base estudo interno realizado pela Companhia, comparando imóveis semelhantes.

Em 31 de dezembro de 2021 os empréstimos e financiamentos bancários da Companhia estão garantidos pelas propriedades para investimentos.

Tuper S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Imobilizado

	Controladora							
	Terrenos	Edifícios e benfeit.	Máquinas e equipam.	Instalações	Arrendamentos	Outros	Imob. em Andamento	Total
Vida útil estimada (em anos)	-	25 a 50	2 a 40	10	1 a 25	2 a 10	-	-
Saldo em 31/12/2019	19.758	104.151	242.841	10.465	5.776	9.081	732	392.804
Adições	-	498	2.712	261	1.609	762	2.304	8.146
Baixas	-	-	(349)	-	-	(45)	-	(394)
Transferências entre grupos	-	-	279	-	-	-	(279)	-
Depreciação	-	(3.018)	(16.041)	(3.262)	(2.574)	(1.496)	-	(26.391)
Saldo em 31/12/2020	19.758	101.631	229.442	7.464	4.811	8.302	2.757	374.165
Adições	-	1.316	10.231	864	906	3.350	3.982	20.649
Baixas	-	(150)	(8)	-	-	(38)	-	(196)
Transferências entre grupos	-	-	3.059	34	-	2	(3.095)	-
Depreciação	-	(3.072)	(16.631)	(3.258)	(3.611)	(1.706)	-	(28.278)
Saldo em 31/12/2021	19.758	99.725	226.093	5.104	2.106	9.910	3.644	366.340

Tuper S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Imobilizado--Continuação

	Consolidado							
	Terrenos	Edifícios e benfeit.	Máquinas e equipam.	Instalações	Arrendamentos	Outros	Imob. em Andamento	Total
Vida útil estimada (em anos)	-	25 a 50	2 a 40	10	1 a 25	2 a 10	-	-
Saldo em 31/12/2019	19.758	104.304	242.845	10.555	11.987	9.468	732	399.649
Adições	-	521	2.712	280	2.981	961	2.318	9.773
Baixas	-	-	(349)	-	-	(45)	-	(394)
Transferências entre grupos	-	-	279	-	-	-	(279)	-
Depreciação	-	(3.026)	(16.043)	(3.299)	(4.433)	(1.643)	-	(28.444)
Saldo em 31/12/2020	19.758	101.799	229.444	7.536	10.535	8.741	2.771	380.584
Adições	-	1.316	10.230	934	1.656	3.520	3.983	21.639
Baixas	-	(150)	(8)	-	-	(40)	-	(198)
Transferências entre grupos	-	-	3.059	34	-	2	(3.095)	-
Depreciação	-	(3.080)	(16.631)	(3.280)	(5.674)	(1.844)	-	(30.509)
Saldo em 31/12/2021	19.758	99.885	226.094	5.224	6.517	10.379	3.659	371.516

As adições na rubrica de arrendamentos não geraram fluxo de caixa no exercício, tanto para a Controladora quanto para o Consolidado.

No grupo “Outros” estão classificados itens como Móveis e Utensílios, Computadores e Veículos.

Em 31 de dezembro de 2021 os empréstimos e financiamentos bancários da Companhia estão garantidos por bens do imobilizado, em sua maior parte por imóveis, máquinas e equipamentos, no montante de aproximadamente R\$332.656.

Tuper S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Intangível

	Controladora e Consolidado				
	Ágio	Softwares	Desenv. produtos	Outros	Total
Vida útil estimada (em anos)	-	5 a 20	5 a 10	-	-
Saldo em 31/12/2019	117.227	893	11.094	235	129.449
Adições	-	102	310	76	488
Amortização	-	(256)	(2.352)	-	(2.608)
Saldo em 31/12/2020	117.227	739	9.052	311	127.329
Adições	-	190	543	25	758
Amortização	-	(175)	(2.353)	-	(2.528)
Saldo em 31/12/2021	117.227	754	7.242	336	125.559

A Companhia realizou o teste de valor recuperável em 31 de dezembro de 2021 para o ágio da unidade geradora de caixa Escapamentos. O método utilizado para a apuração foi o valor em uso, mensurado através de projeções de fluxo de caixa descontados, a partir de orçamentos financeiros aprovados pela Alta Administração durante um exercício de cinco anos. A taxa de desconto aplicada a projeções de fluxo de caixa foi de 10,09% em 31 de dezembro de 2021 (9,5% em 2020). Os fluxos de caixa para os exercícios que excedem esse exercício foram projetados pelo método de crescimento constante, utilizando uma taxa de crescimento limitada a inflação de longo prazo do Brasil. Os estudos concluíram que o valor recuperável desta unidade geradora de caixa é superior ao valor contábil, portanto, não há indicação de desvalorização no exercício.

13. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Mercado interno	50.655	45.479	51.669	46.153
Mercado externo	81.748	79.086	81.748	79.086
Partes relacionadas (nota 17.a / 17.b)	382.401	237.988	381.995	237.988
Contas a pagar de fornecedores	514.804	362.553	515.412	363.227
Parcela circulante	405.487	287.878	406.095	288.552
Parcela não circulante	109.317	74.675	109.317	74.675

Tuper S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Empréstimos, financiamentos e debêntures

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Capital de giro	330.286	156.533	359.670	188.134
Financiamentos	251.431	258.709	251.431	258.709
Debêntures	103.342	109.640	103.342	109.640
Total empréstimos e financiamentos	685.059	524.882	714.443	556.483

Parcela circulante	356.166	269.866	371.310	285.698
Parcela não circulante	328.893	255.016	343.133	270.785

Saldos por vencimento	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Em até 1 ano	356.166	269.866	371.310	285.698
De 1 a 3 anos	103.851	209.299	118.091	222.256
De 3 a 4 anos	66.504	14.687	66.504	17.499
De 4 a 5 anos	105.818	18.750	105.818	18.750
Acima de 5 anos	52.720	12.280	52.720	12.280
	685.059	524.882	714.443	556.483

Saldos por tipo de moeda	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Reais	608.600	447.493	637.984	479.094
Dólares	76.459	77.389	76.459	77.389
	685.059	524.882	714.443	556.483

Taxa média de juros ao ano	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Capital de giro em moeda nacional	17,46%	11,33%	17,40%	11,44%
Capital de giro em moeda estrangeira	8%	-	8%	-
Financiamentos em moeda nacional	11,13%	6,92%	11,13%	6,92%
Financiamentos em moeda estrangeira	3,08%	5,76%	3,08%	5,76%
Debêntures em moeda nacional	11,15%	5,90%	11,15%	5,90%

Capital de giro

Essa rubrica representa obrigações da Companhia junto a instituições financeiras, em moeda nacional e estrangeira, para atendimento de compromissos assumidos junto a fornecedores e clientes, e aporte no fluxo de caixa financeiro.

Tuper S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Empréstimos, financiamentos e debêntures--Continuação

Financiamentos

Entre as linhas de financiamento incluem-se os contratos firmados nas modalidades destinadas a investimento em máquinas, edificações e demais ativos imobilizados, dos quais destacam-se os seguintes contratos:

- I) Contrato firmado em 19 de outubro de 2010, no qual o Banco Credit Suisse (Brasil) S.A., concede à TUPER S.A. através da emissão de 20 (vinte) Cédulas de Crédito à Exportação "CCEs", recursos correspondentes a U\$30.000. A Companhia está sujeita a algumas cláusulas restritivas de dívida (covenants) que incluem, entre outras, a manutenção de índices financeiros apurados trimestralmente. O saldo devedor em 31 de dezembro de 2021 totaliza R\$53.415. O contrato foi renegociado em 21 de setembro de 2020, observando condições semelhantes ao Novo Plano de Recuperação Extrajudicial. O último vencimento do cronograma de amortização está previsto para 30 de junho de 2027.
- II) Contrato firmado em 31 de março de 2011, no qual o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES concede a TUPER S.A. crédito corresponde a R\$60.496, destinado à instalação de uma nova unidade produtiva, aquisição de máquinas e equipamentos e modernização das instalações industriais. O contrato prevê algumas cláusulas restritivas de dívida (covenants) que incluem, entre outras, a manutenção de índices financeiros que são apurados anualmente no encerramento do exercício. O saldo devedor em 31 de dezembro de 2021 totaliza R\$20.655. Considerando a inclusão do BNDES no Novo Plano de Recuperação Extrajudicial, conforme detalhado na nota 1, o último vencimento do cronograma de amortização está previsto para 30 de junho de 2027.

Debêntures

Em 13 de maio de 2013, a Companhia efetuou a distribuição pública da segunda emissão de debêntures simples, nominativa, escritural e não conversíveis em ações, da espécie com garantia real e com garantia adicional fidejussória, em série única, para distribuição pública com esforços restritos no valor de R\$150.000. A Companhia está sujeita a algumas cláusulas restritivas de dívida (covenants) que incluem, entre outras, a manutenção de índices financeiros apurados semestralmente. O saldo devedor em 31 de dezembro de 2021 totaliza R\$103.342. Tendo sido homologado o Novo Plano de Recuperação Extrajudicial, conforme detalhado na nota 1, o último vencimento do cronograma de amortização está previsto para 30 de junho de 2027.

Tuper S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Empréstimos, financiamentos e debêntures--Continuação

Cláusulas restritivas "Covenants"

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia cumpriu todos os limites de índices financeiros previstos no contrato com o Banco Credit Suisse. Em relação às instituições financeiras sujeitas ao Novo Plano de Recuperação Extrajudicial, uma vez que o mesmo foi homologado e encontra-se vigente, os "Covenants" dependerão de novo aditivo aos contratos de financiamento a serem celebrados entre a TUPER e os credores.

15. Parcelamentos tributários

	Vencimento	Controladora		Consolidado	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Parcelamento Lei 11.941/09	07/2024	18.567	25.838	18.567	25.838
Parcelamento Lei 12.996/14	10/2029	928	1.055	928	1.055
Parcelamento INSS	12/2023	13.524	18.385	13.524	18.385
Parcelamento FGTS	02/2024	1.654	10.504	1.654	10.504
Parcelamento ICMS	03/2027	3.803	10.914	3.887	11.759
Parcelamento IRPJ e CSLL	02/2023	-	-	5.662	7.351
Outros parcelamentos	-	1.476	656	1.476	656
Total de parcelamentos tributários		39.952	67.352	45.698	75.548
Parcela circulante		16.311	25.303	18.351	27.959
Parcela não circulante		23.641	42.049	27.347	47.589

Devido a forte retração do mercado e recessão instalada do país, no período de novembro de 2015 à julho de 2016, a Companhia não honrou com o pagamento de algumas parcelas do Programa Refis instituído pela Lei n.º 11.941/09. Em consequência, na data de 16 de abril de 2016, foi notificada pela Receita Federal de sua exclusão no programa de parcelamento especial.

Com o objetivo de garantir a sua reinclusão no programa de parcelamento, a Companhia ingressou com Mandado de Segurança, tendo obtido liminar favorável em 18 de agosto de 2016, assegurando assim seu direito ao parcelamento. A Companhia realizou o pagamento das parcelas em aberto, teve os débitos reinseridos no programa de parcelamento e vem cumprindo suas obrigações pontualmente.

Tuper S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Parcelamentos tributários--Continuação

Em 18 de maio de 2017 a Justiça Federal de primeiro grau decidiu pela reinclusão da Tuper no Programa Refis. A Procuradoria da Fazenda (PRF) recorreu da referida decisão ao Tribunal Regional Federal (TRF4), solicitando a exclusão do programa de parcelamento. O TRF4 deu razão à PRF e decidiu em 05 de dezembro de 2019 que a Tuper não teria direito ao benefício, em razão dos atrasos ocorridos. A Tuper inconformada com esta decisão, ingressou com novos recursos perante o TRF4 e Supremo Tribunal de Justiça (STJ) e em 09 dezembro de 2020 obteve decisão que garantiu a permanência no Programa Refis, até o julgamento final do caso pelo STJ.

Diante da evolução da ação e alteração do prognóstico de perda da ação judicial, por parte dos assessores jurídicos, a Companhia decidiu provisionar o montante de R\$66.858 em relação ao incremento estimado decorrente da recomposição dos valores de multa de mora/ofício e dos juros anteriormente anistiados (R\$42.585) e da liquidação com prejuízos fiscais (R\$24.273) quando da adesão da Companhia ao programa de parcelamento conforme demonstrado na nota explicativa 16.

16. Provisão para contingências

A Companhia mantém provisões para contingências tributárias, cíveis e trabalhistas, cuja possibilidade de perda foi avaliada como de risco “provável” pelos assessores jurídicos externos. A Administração da Companhia prevê que a provisão para contingência constituída é suficiente para cobrir eventuais perdas com processos judiciais. Parte destas contingências está suportada por depósitos judiciais relacionados aos processos em discussão.

	Controladora			Total
	Trabalhista	Cível	Tributária	
Em 31 de dezembro de 2019	2.683	11.069	30.730	44.482
Constituição de provisões	748	2.335	706	3.789
Reversão de provisões	(1.223)	(872)	(44)	(2.139)
Em 31 de dezembro de 2020	2.208	12.532	31.392	46.132
Constituição de provisões	1.314	4.882	74.041	80.237
Reversão de provisões	(784)	(781)	(30.087)	(31.652)
Em 31 de dezembro de 2021	2.738	16.633	75.346	94.717
Depósitos judiciais vinculados	(953)	(14)	-	(967)
Saldo líquido	1.785	16.619	75.346	93.750

Tuper S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Provisão para contingências--Continuação

	Consolidado			Total
	Trabalhista	Cível	Tributária	
Em 31 de dezembro de 2019	2.753	11.199	31.019	44.971
Constituição de provisões	1.249	2.903	711	4.863
Reversão de provisões	(1.228)	(875)	(44)	(2.147)
Em 31 de dezembro de 2020	2.774	13.227	31.686	47.687
Constituição de provisões	1.418	5.582	74.044	81.044
Reversão de provisões	(784)	(1.487)	(30.327)	(32.598)
Em 31 de dezembro de 2021	3.408	17.322	75.403	96.133
Depósitos judiciais vinculados	(953)	(14)	-	(967)
Saldo líquido	2.455	17.308	75.403	95.166

Os depósitos judiciais não vinculados às contingências provisionadas totalizam R\$10.082 (Controladora) e R\$10.238 (Consolidado) em 31 de dezembro de 2021.

As provisões constituídas referem-se principalmente a:

a) Contingências trabalhistas

A Companhia e suas controladas são acionadas em reclamações trabalhistas envolvendo principalmente discussões sobre insalubridade, periculosidade, horas extras, entre outros. Cabe ressaltar que uma boa parte dessas demandas foram originadas na Vanzin Industrial de Auto Peças Ltda., em exercícios anteriores à aquisição pela TUPER, bem como, com o desligamento de empregados em maior quantidade devido a reestruturação da estrutura organizacional.

b) Contingências cíveis

Correspondem a processos de natureza cível, além de outras causas de menor valor, destaca-se um processo de valor em torno de R\$10.756 registrado no último trimestre de 2017, cuja expectativa é de responsabilidade da TUPER pela indenização no montante citado.

Tuper S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Provisão para contingências--Continuação

c) Contingências tributárias

O montante de R\$66.858 foi considerado em caso de insucesso da discussão judicial acerca do tema Programa de Parcelamento Refis, em decorrência dos fatos descritos na nota explicativa nº 15.

O saldo remanescente de R\$8.545 refere-se a diversas ações envolvendo tributos, as quais estão sendo discutidas na esfera administrativa.

Causas classificadas como “possíveis”

A Companhia é parte em ações de naturezas tributária, cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como “possíveis”.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Ações trabalhistas	5.345	1.009	6.814	1.424
Ações cíveis	39.226	35.988	39.712	36.328
Ações tributárias	265.757	323.610	265.757	323.610
Total de perdas possíveis	310.328	360.607	312.283	361.362

Cabe ressaltar que tais valores têm cunho apenas informativo, não havendo provisão contábil para tais causas, em linha com requerido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e com as IFRS. O departamento jurídico faz o acompanhamento dos processos da Companhia e a cada trimestre realiza a atualização formal da atual situação dos processos através de relatórios emitidos por seus consultores externos.

Nas ações cíveis destaca-se uma ação de ordem indenizatória no montante de R\$10.710, na qual os assessores jurídicos consideram a TUPER em sensível vantagem, porém, em razão dos expressivos valores discutidos a demanda merece atenção. Também foram considerados R\$20.328 correspondentes a execução judicial promovida em contrato na qual a TUPER figura como avalista de empréstimo bancário.

As ações tributárias referem-se principalmente a notificações da Secretaria de Estado da Fazenda e da Receita Federal do Brasil, as quais estão sendo discutidas, em sua maioria, na esfera administrativa. Destaca-se um processo no montante aproximado de R\$144.609, relativo a notificação da Receita Federal do Brasil, com relação a dedutibilidade da despesa com amortização de ágio oriundo da incorporação da empresa TS Administração e Participações Ltda., ocorrida em fevereiro de 2004, com repercussão na apuração do IRPJ e CSLL, sendo discutida na esfera judicial.

Tuper S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Transações entre partes relacionadas

a) Transações registradas na Controladora

Em suas atividades as empresas do Grupo realizam operações de compra e venda entre a TUPER e suas controladas, sendo 7 subsidiárias integrais, que geram direitos e obrigações e tem os efeitos eliminados na consolidação do Grupo. As transações oriundas de operações de compra e venda de insumos e produtos são efetuadas em condições acordadas entre as partes.

A Companhia mantém contrato de mútuo a receber da sua Controladora Tuper Participações S.A., o qual foi aditado em 3 de abril de 2017, suspendendo a cobrança de encargos financeiros, tendo recolhido o IOF calculado com base no novo vencimento. O saldo do mútuo com a Controladora será liquidado com retenção de dividendos oriundos de resultados futuros, conforme previsto no plano de negócios da Companhia.

Em 6 de outubro de 2016 a Companhia recebeu investimento da empresa ArcelorMittal Planos Comercial Ltda. (anteriormente denominada Armar Comércio Importação e Exportação Ltda.), subsidiária da ArcelorMittal Brasil S.A., com a qual a TUPER mantém contrato de fornecimento de suas principais matérias-primas. As operações realizadas entre as partes são efetuadas a preços de mercado.

Em dezembro de 2020 a Companhia firmou contrato de mútuo a pagar com quatro de suas controladas, com suspensão de cobrança de encargos financeiros. Com relação ao IOF foi aplicada alíquota zero de acordo com o Decreto nº 10.572 de 11 de dezembro de 2020. Há cronograma de pagamentos mensais e o vencimento da última parcela do contrato mais longo está previsto para 14 de outubro de 2024.

Os saldos abaixo apresentados referem-se às operações entre partes relacionadas existentes no balanço patrimonial da controladora.

	Controladora	
	31/12/2021	31/12/2020
Contas a receber de controladas (nota 6)	36.108	7.675
Contas a receber de ArcelorMittal Brasil S.A. (nota 6)	45.743	503
Contrato de mútuo a receber da Controladora	177.473	177.473
Adiantamento para aumento de capital em Controladas	164	-
Total Ativos com partes relacionadas	259.488	185.651
Contas a pagar para Controladas (nota 13)	406	-
Contas a pagar para ArcelorMittal Brasil S.A. (nota 13)	381.995	237.988
Contrato de mútuo a pagar para controladas	22.667	25.000
Total Passivos com partes relacionadas	405.068	262.988

Tuper S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Transações entre partes relacionadas--Continuação

b) Transações sem eliminação no Consolidado

Os saldos abaixo apresentados referem-se às operações entre partes relacionadas existentes no balanço patrimonial consolidado.

	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Contas a receber de ArcelorMittal Brasil S.A. (nota 6)	45.743	503
Contrato de mútuo com a Controladora Tuper Participações S.A.	177.473	177.473
Total Ativos com partes relacionadas	<u>223.216</u>	<u>177.976</u>
Contas a pagar para ArcelorMittal Brasil S.A. (nota 13)	381.995	237.988
Total Passivos com partes relacionadas	<u>381.995</u>	<u>237.988</u>

c) Remuneração da Administração

Em 31 de dezembro de 2021 a Administração da Companhia era composta por 5 membros do Conselho de Administração e 2 Diretores Estatutários. O total da despesa com remuneração e participação nos resultados a esses profissionais do exercício acumulado até 31 de dezembro de 2021 foi R\$3.246 (R\$3.021 em 31 de dezembro de 2020).

d) Avais e garantias

A TUPER mantém contratos com instituições financeiras que são avalizados e garantidos por partes relacionadas.

A Companhia concedeu aval em favor de FB Participações Ltda. e Steelmast Metalúrgica Ltda., empresas controladas pelo Diretor Presidente da Companhia, que perfazem uma exposição de aproximadamente R\$57.000.

18. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social, pertencente aos acionistas, todos domiciliados no País, é de R\$175.000, dividido em 390.154 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

Tuper S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Patrimônio líquido--Continuação

b) Ajuste de avaliação patrimonial

Refere-se ao custo atribuído ao ativo imobilizado registrado na data de transição ao IFRS, que está sendo realizado contra a conta de Lucros Acumulados proporcionalmente à depreciação dos bens que lhe deram origem. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foi realizado o montante de R\$1.955 líquido dos impostos (R\$2.073 em 31 de dezembro de 2020). O saldo apresentado em 31 de dezembro de 2021 é de R\$31.042 (R\$32.997 em 31 de dezembro de 2020).

c) Dividendos - Controladora

A política de distribuição de dividendos está estabelecida na letra "b" do artigo 36 do Estatuto Social, de 25% no mínimo do lucro líquido ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76 com alterações da lei nº 10.303/01.

19. Receita operacional líquida

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Receita mercado interno	2.713.445	1.232.110	2.799.339	1.312.140
Receita mercado externo	287.171	58.500	287.171	58.500
Receita operacional bruta	3.000.616	1.290.610	3.086.510	1.370.640
Devoluções de vendas	(43.685)	(15.733)	(44.833)	(16.419)
Impostos sobre vendas	(566.732)	(261.996)	(600.203)	(280.094)
Receita operacional líquida	2.390.199	1.012.881	2.441.474	1.074.127

20. Custos e despesas operacionais por função e natureza

A Companhia optou por apresentar a demonstração do resultado por função. Conforme requerido pelo CPC 26 (R1), apresenta a seguir, o detalhamento da demonstração do resultado por natureza:

Despesas por função	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Custos dos produtos/serviços vendidos	(2.020.664)	(856.174)	(2.013.919)	(856.555)
Despesas com vendas	(153.851)	(87.306)	(188.231)	(113.974)
Despesas gerais e administrativas	(26.665)	(21.516)	(30.847)	(25.065)
Outras receitas e despesas (nota 21)	(31.064)	1.665	(31.880)	623
Total das despesas por função	(2.232.244)	(963.331)	(2.264.877)	(994.971)

Tuper S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Custos e despesas operacionais por função e natureza--Continuação

Despesa por natureza	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Custos dos estoques	(1.898.446)	(762.025)	(1.891.702)	(762.406)
Salários e benefícios a empregados	(133.274)	(100.062)	(140.507)	(105.912)
Depreciação e amortização	(30.806)	(28.999)	(33.037)	(31.052)
Demais receitas (despesas)	(169.718)	(72.245)	(199.631)	(95.601)
Total das despesas por natureza	(2.232.244)	(963.331)	(2.264.877)	(994.971)

21. Outras receitas e despesas, líquidas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Créditos tributários	-	5.868	-	5.868
Indenizações em processos judiciais	(3.435)	(2.102)	(4.017)	(2.145)
Provisão/reversão de contingências	(18.112)	(992)	(18.058)	(2.053)
Demais receitas e despesas	(9.517)	(1.109)	(9.805)	(1.047)
Total de outras receitas e despesas	(31.064)	1.665	(31.880)	623

22. Resultado financeiro líquido

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Receitas financeiras				
Varição cambial ativa	29.877	30.949	29.877	30.949
Atualização créditos tributários	3.119	6.945	3.119	6.945
Juros recebidos	988	3.043	1.343	3.303
Outras receitas financeiras	18.177	700	18.280	720
	52.161	41.637	52.619	41.917
Despesas financeiras				
Varição cambial passiva	(40.795)	(66.016)	(40.795)	(66.016)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(63.659)	(56.468)	(69.369)	(59.357)
Juros sobre pagamentos em atraso	(4.546)	(11.985)	(4.547)	(11.999)
Juros sobre parcelamento de tributos	(18.410)	(3.405)	(18.778)	(3.826)
Multas sobre pagamentos em atraso	(762)	(1.197)	(1.172)	(2.055)
Despesas AVP de fornecedores	(1.333)	(1.556)	(1.333)	(1.556)
Imposto sobre operações financeiras	(1.496)	(420)	(1.600)	(459)
Despesas aval e carta fiança	(27.703)	(4.380)	(27.703)	(4.380)
Outras despesas financeiras	(5.634)	(3.767)	(5.758)	(4.351)
	(164.338)	(149.194)	(171.055)	(153.999)
Resultado financeiro, líquido	(112.177)	(107.557)	(118.436)	(112.082)

Tuper S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

23. Imposto de renda e contribuição social

a) Provisão para imposto de renda e contribuição social corrente e conciliação com o resultado

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Lucro (prejuízo) antes dos impostos	50.813	(37.893)	58.161	(32.926)
Alíquota nominal	34%	34%	34%	34%
IRPJ e CSLL calculados à alíquota nominal	(17.276)	12.884	(19.775)	11.195
Efeito sobre diferenças permanentes				
Equivalência patrimonial	1.712	6.839	-	-
Diferença de alíquota em controladas (Lucro Real x Lucro Presumido)	-	-	(3.137)	3.561
Créditos tributários (Nota 8)	22.962	-	22.962	-
Outros ajustes	(13.685)	(1.907)	(13.685)	(1.907)
Prejuízo fiscal para os quais não foram constituídos impostos diferidos	-	(22.869)	-	(22.869)
Reconhecimento de prejuízo fiscal não contabilizado	10.195	-	10.195	-
IRPJ e CSLL no resultado	3.908	(5.053)	(3.440)	(10.020)
Imposto corrente	(678)	-	(8.026)	(4.967)
Imposto diferido	4.586	(5.053)	4.586	(5.053)

b) Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos

Ativo não circulante	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Prejuízos fiscais e Base Negativa de CSLL	154.988	130.715	154.988	130.715
Diferença temporária - Provisões	29.247	23.038	29.247	23.038
Diferença temporária - Impairment	1.426	1.587	1.426	1.587
Diferença temporária - Arrend. Mercantil	(1.336)	(1.331)	(1.336)	(1.331)
Diferença temporária - Ágio	(39.857)	(39.857)	(39.857)	(39.857)
Diferença temporária - Vida útil	(39.735)	(37.279)	(39.735)	(37.279)
Diferença temporária - Custo atribuído	(15.295)	(16.281)	(15.295)	(16.281)
Diferença temporária - Bens reavaliados	(459)	(472)	(459)	(472)
Total dos impostos diferidos - ativo não circulante	88.979	60.120	88.979	60.120

A Administração prevê que os ativos diferidos decorrentes das diferenças temporárias serão realizados na proporção da realização das contingências, perdas e das obrigações projetadas. Com relação aos créditos fiscais diferidos ativos, constituídos sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, a Administração estima que deverão ser realizados num exercício de aproximadamente dez anos, conforme plano de negócios aprovado pelo Conselho de Administração.

Tuper S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

23. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

b) Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos--Continuação

Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia possui um saldo de aproximadamente R\$135.000 não registrados de Ativo Fiscal Diferido sobre Prejuízos Fiscais e Base Negativa de CSLL (R\$145.000 em 31 de dezembro de 2020).

24. Cobertura de seguros

A TUPER trabalha continuamente com a identificação, análise e administração de riscos, verificando a melhor forma de gerenciamento de transferência, absorção ou compartilhamento do risco com o mercado segurador.

As apólices de seguro são emitidas apenas em companhias de seguro de grande porte que possam atender a TUPER nas localidades onde possuímos operações. Os bens estão assegurados conforme discriminado a seguir:

<u>Modalidade</u>	<u>Objeto</u>	<u>Cobertura</u>
Seguro compreensivo	Veículos	Tabela Fipe + VMR 110%
Cobertura básica	Patrimonial	100%, com limite de R\$100.000 por sinistro
Responsabilidade civil	Danos morais e materiais	R\$30.000
Risco coberto	Transportes nacionais	100%, com limite de R\$900 por carga (contratado pela transportadora)
Risco coberto	Transportes internacionais	100%, com limite de US\$500 por carga (contratado pela transportadora)

25. Lucro (prejuízo) por ação

A Companhia apresenta o mesmo valor do lucro (prejuízo) básico e diluído por não possuir ações ordinárias com potencial dilutivo:

	<u>Controladora e Consolidado</u>	
	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Lucro (prejuízo) atribuível aos acionistas da Companhia	54.721	(42.946)
Ações ordinárias em poder dos acionistas (ações)	390.154	390.154
Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação - em reais (R\$)	140,25	(110,07)